

# **Evolução dos gastos públicos: análise dos municípios da microrregião de Chapecó SC**

**Celso Galante** (UNOCHAPECÓ) - galante@unochapeco.edu.br

**Lilian Cristina Debastiani** (Unochapeco) - lilian.debastiani@unochapeco.edu.br

**Vilmar Oenning** (UNOCHAPECO) - oenning@unochapeco.edu.br

## **Resumo:**

*O estudo foi estruturado com o objetivo de comparar os resultados contábeis publicados pelos 38 municípios da microrregião de Chapecó, com a finalidade de analisar os anos de 2012, 2013 e 2014 para identificar quais foram às evoluções dos gastos públicos, utilizando como base para um comparativo as despesas com pessoal, saúde e educação. Pelos instrumentos utilizados o estudo é caracterizado como pesquisa descritiva, realizada por meio de análise documental. A coleta dos dados ocorreu a partir de informações publicadas nos portais de transparência dos municípios e do TCE (Tribunal de Contas). Os dados coletados foram organizados em planilhas de análise e estão apresentadas no corpo do estudo com análise individualizada para cada um dos três grupos de gastos pesquisados, gastos com pessoal, gastos com saúde e por último, gastos com educação. As análises permitem observar que aconteceram significativas variações nos gastos pesquisados e principalmente, que alguns municípios vêm aumentando constantemente seus gastos com educação, saúde e pessoal. Não foi possível inferir se tais variações são reflexos de maiores investimentos que resultam em maiores benefícios para a população ou se resultam apenas de mais gastos, resultando em necessidade de aumento de arrecadação para que os municípios possam cumprir com as obrigações assumidas. Observou-se também, que na contramão da maioria, alguns municípios apresentaram redução ou avanços não tão significativos nesses gastos analisados.*

**Palavras-chave:** *Gastos. Evolução das despesas. Tomada de decisão.*

**Área temática:** *Custos aplicados ao setor público*

## **Evolução dos gastos públicos: análise dos municípios da microrregião de Chapecó SC**

### **Resumo**

O estudo foi estruturado com o objetivo de comparar os resultados contábeis publicados pelos 38 municípios da microrregião de Chapecó, com a finalidade de analisar os anos de 2012, 2013 e 2014 para identificar quais foram às evoluções dos gastos públicos, utilizando como base para um comparativo as despesas com pessoal, saúde e educação. Pelos instrumentos utilizados o estudo é caracterizado como pesquisa descritiva, realizada por meio de análise documental. A coleta dos dados ocorreu a partir de informações publicadas nos portais de transparência dos municípios e do TCE (Tribunal de Contas). Os dados coletados foram organizados em planilhas de análise e estão apresentadas no corpo do estudo com análise individualizada para cada um dos três grupos de gastos pesquisados, gastos com pessoal, gastos com saúde e por último, gastos com educação. As análises permitem observar que aconteceram significativas variações nos gastos pesquisados e principalmente, que alguns municípios vêm aumentando constantemente seus gastos com educação, saúde e pessoal. Não foi possível inferir se tais variações são reflexos de maiores investimentos que resultam em maiores benefícios para a população ou se resultam apenas de mais gastos, resultando em necessidade de aumento de arrecadação para que os municípios possam cumprir com as obrigações assumidas. Observou-se também, que na contramão da maioria, alguns municípios apresentaram redução ou avanços não tão significativos nesses gastos analisados.

Palavras-chave: Gastos. Evolução das despesas. Tomada de decisão.

Área Temática: Custos aplicados ao setor público

### **1 Introdução**

Uma das grandes preocupações do setor público sempre foi encontrar maneiras eficazes para alavancar a economia. Como os gastos públicos fazem parte da política fiscal do governo torna-se importante saber quais os fenômenos que interferem no seu comportamento e crescimento ao longo do tempo. É importante analisar qual é o impacto dos gastos públicos municipais, pois estes podem ter impactos diferentes perante o nível de governo que se esteja analisando. É por meio dos municípios que se efetivam os gastos públicos mais diretos a população e a eficiência dos mesmos é que irá gerar condições necessárias para que o setor público estadual e federal alcancem os objetivos desejados.

Segundo Varela, Martins e Corrar (2009), Nas últimas décadas, a administração pública brasileira tem vivido um intenso processo de transformação sob influência da redemocratização do país e da reforma do Estado, em que a descentralização tem sido uma estratégia comum dos dois movimentos, favorecendo a transferência de poder, recursos e atribuições para os governos locais.

Já Rezende (2010) afirma que os limites financeiros á expansão de gastos públicos em programas sociais são mais ou menos elásticos em função de duas espécies de considerações: a primeira refere-se ao equilíbrio entre a intervenção estatal e os propósitos de se assegurar um maior espaço á livre iniciativa; a segunda relaciona-se à capacidade de investimento do Estado, uma vez que a preservação dos investimentos é fundamental para assegurar a retomada do processo de crescimento.

Bogoni, Hein e Bauren (2011) afirmam que, estudos que analisam os impactos da política fiscal sobre o crescimento econômico de países, estados e municípios são recorrentes.

As questões de pesquisa mais comumente consideradas levam a investigar se os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico. Mencionam também que a política fiscal é utilizada como instrumento de estabilização econômica. Dessa forma, não se pode deixar de considerar que o governo tem um papel fundamental também no âmbito local, uma vez que a provisão de bens públicos certamente irá influenciar na produtividade e na qualidade de vida das cidades.

Paralelamente, conforme mencionam Costa, Santos e Travassos (2012), Os documentos e registros contábeis em papel têm sido sistematicamente substituídos por transações eletrônicas. Isso nos proporcionou uma melhor agilidade para analisarmos os dados e verificarmos a transparência das informações nos municípios e demais órgãos.

Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) mencionam que em boa parte dos casos, a mudança no regime contábil foi parte de um processo de reformas abrangentes nos processos orçamentários, que se originaram de pressões para promover o ajuste das contas públicas. Tudo em um contexto de limitações impostas pela abertura econômica e a globalização dos mercados ao recurso a aumento de impostos para corrigir o desequilíbrio fiscal. Assim, para evitar prejuízos que aumentos na carga tributária provocam, com respeito à competitividade econômica, a contenção do crescimento dos gastos, apoiada em melhor conhecimento sobre onde economizar sem comprometer a provisão de serviços essenciais, ganhou destaque nas providências adotadas para promover o ajuste fiscal.

Rezende, Slomski e Corrar (2005) acreditam que na tentativa de avaliar a gestão social dos municípios, observa-se a necessidade da realização de estudos sobre a efetiva aplicação dos recursos públicos, bem como o real impacto desses investimentos no desenvolvimento social dos municípios. Os gestores públicos buscam indicadores que mensurem a performance da gestão, em relação às finanças públicas municipais, estaduais e nacionais. Assim, cada vez mais os gestores públicos buscam instrumentos que propiciem avaliar o desempenho social das instituições públicas, a fim de diminuir a assimetria informacional entre sociedade e atividades do Estado.

Conforme Ferreira, Medina e Reis (2014) o atual cenário econômico, marcado pela escassez de recursos e ao mesmo tempo pela busca em atender as demandas da sociedade, reflete nos administradores públicos elevada preocupação no que se refere à existência de maior controle dos gastos públicos. As compras representam importante fração dos gastos públicos no Brasil e por isso devem ser realizadas com racionalidade e transparência no intuito de realizar melhor alocação dos recursos públicos.

Conforme menciona Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) O conhecimento dos custos do governo é importante para a adoção de mudanças nos procedimentos que regem as decisões sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre os métodos aplicados à gestão das políticas e dos programas governamentais, de modo a aumentar o valor dos recursos aplicados pelo governo e ampliar o benefício social da tributação. Sob a ótica dos especialistas em orçamento, a questão está em escolher a melhor maneira de usar as informações geradas pela contabilidade de competência para aumentar a eficiência e melhorar a qualidade do gasto. Uns defendem que tais informações devem ser vistas como mais uma ferramenta importante para a melhoria das decisões sobre o uso dos recursos públicos. Outros, que elas poderiam revolucionar o processo orçamentário levando à posterior adoção do orçamento de competência.

Seguindo a teoria proposta pelo Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina no qual está descrito que os gastos públicos são os valores gastos pelo município para custear os serviços públicos prestados a sociedade, os mesmos apresentam-se na forma de despesas correntes e de capital.

Desta forma, voltando-se para identificar alguns fatores relevantes sobre a aplicação de recursos públicos tem-se o seguinte como problema de pesquisa: Qual a evolução dos gastos públicos relacionados a educação, saúde e pessoal, na microrregião de Chapecó? Com base no

problema o objetivo do estudo é de analisar a evolução dos gastos públicos reativos a despesas com pessoal, com saúde e com educação, na microrregião de Chapecó.

Assim este estudo tem por objetivo analisar e comparar os resultados contábeis publicados pelos 38 municípios da microrregião de Chapecó. A finalidade do presente estudo é analisar os gastos publicados referente os anos de 2012, 2013 e 2014 para identificar as evoluções destes gastos públicos, utilizando então como base para um comparativo as despesas com pessoal, saúde e educação, e assim especificar quais as mudanças que ocorreram nesses gastos na microrregião de Chapecó. Os dados do presente estudo foram coletados no período de Janeiro a março de 2015.

Inicialmente parte-se do pressuposto de que esses grupos de gastos representam investimentos diretos do poder público em benefício dos contribuintes, justificando-se assim a realização do estudo como forma de observar como os municípios estão se desenvolvendo nessas áreas específicas.

Também justifica-se a escolha dessas áreas pela sua importância para os governos visto serem grupos de valores expressivos e de grande necessidade de gestão. Por outro lado, também é certo que, assim como estes proporcionam melhorias para o bem estar da população, também são importantes para o avanço da economia dos municípios, pois, se adequadamente utilizados, asseguram, no longo prazo, melhorias para toda a comunidade.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção, estão apresentadas discussões sobre a importância das despesas com pessoal, despesas com saúde e despesas com educação. Já na terceira seção é sendo abordada a metodologia utilizada para o estudo e a maneira de como foi feita a pesquisa, na quarta seção são analisados os resultados e a última seção contempla as considerações finais.

## **2 Revisão da literatura**

A revisão abrangida no estudo envolve considerações sobre o que são gastos públicos e quais os benefícios que estes podem trazer para o governo, apresentando também a importância da análise e a identificação dos objetivos das políticas públicas por meio destes gastos e fazendo um comparativo entre os gastos com pessoal, saúde e educação, pois boa parte do que o governo distribui são frutos dos impostos e taxas que são pagas.

Segundo Borges e Pereira (2014), a construção da cidadania exige que a sociedade conheça de forma adequada as instituições e a atuação do Estado e, em particular, da sua atividade financeira, visto que esta diz respeito, de forma direta, aos seus interesses, como contribuinte. Para que isso ocorra, é essencial que o cidadão seja estimulado a participar de forma efetiva na elaboração, na implementação e na avaliação de políticas públicas e programas de governo. Essa participação – que vai além do simples pagamento de tributos – tem início com o processo de elaboração do orçamento – com destaque para as receitas, as despesas e o crédito público. Assim, ao lado de outras instituições da sociedade civil, o Estado deve estimular e facilitar o acesso do cidadão a essas informações.

### **2.1 Importância das despesas**

Para que se tenha um melhor entendimento sobre os orçamentos públicos é de grande importância analisar e classificar as receitas e, principalmente as despesas públicas, porque as despesas são consideradas como gastos necessários para que o governo tenha uma maneira eficiente de obter as receitas. Ao longo dos tempos foi encontrando-se maneiras para controlar o endividamento dos municípios, uma dessas maneiras foi à implantação da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Linhares, Penna e Borges (2013), ressaltam que essa lei fixou limites para despesas com pessoal e para a dívida pública, além de determinar que fossem elaboradas metas para o controle de receitas e despesas. Como consequência ao cumprimento destas normas, era de se esperar

que houvesse um ajuste fiscal que levasse a uma maior disponibilidade de recursos a serem aplicados na melhoria dos serviços públicos e a uma redução do déficit fiscal.

Segundo Santos, Machado e Scarpin, (2012), o caso do setor público, o agente pode ser entendido como o gestor máximo do patrimônio público, em cada esfera, seja municipal, estadual ou federal, já que o papel do principal pode ser exercido pela sociedade de forma ampla, pois os conflitos de interesse estão nesse ínterim entre gestor público e sociedade. Isso significa que para haver um equilíbrio na gestão e transparência dos gastos sempre deverá existir um bom orçamento público.

Segundo Silva (2007), a orçamentação da despesa pública passará pelo processo de elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA), de estudo e aprovação, obedecido o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Silva (2007) afirma ainda que os serviços de contabilidade deverão ser organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária e a conhecer a composição patrimonial.

Conforme menciona Souza, Neto (2012), além de impor limitações pertinentes para as despesas com pessoal, a LRF representou um passo importante na relação entre os gestores públicos e os cidadãos, principalmente no que diz respeito à transparência da gestão fiscal. Um dos temas fundamentais da LRF é a limitação de gastos com pessoal, a qual, inclusive, alterou a metodologia de cálculo e os percentuais de limites estabelecidos por normas anteriores. A seguir, são pontuados os limites máximo, prudencial e de alerta, estabelecidos na LRF para a esfera estadual, foco do presente estudo. A Lei Complementar n. 101/00 tem se mostrado como um código disciplinador de conduta gerencial nas finanças públicas, com a implementação de consideráveis modificações na rotina administrativo-financeira do Estado. Em termos legais, representa também um novo regramento do limite para as despesas com pessoal. De fato, a tentativa de instituir o princípio limitador não é novidade para os administradores públicos brasileiros. A partir da remota Constituição de 1934 vislumbra-se a apreensão do legislador constitucional em abranger a elaboração e o controle orçamentário sobre as contas do Estado.

## 2.2 Despesas com saúde, educação e pessoal

A saúde é uma área muito importante e que deve receber atenção diferenciada perante os municípios para que seus gastos sejam bem administrados e tragam benefícios para a população. Segundo Dias et al. (2013), em síntese, a saúde é uma das áreas que devem receber maior atenção dos entes governamentais dada a sua importância para o bem-estar da população. Para tanto, faz-se necessária uma gestão financeira adequada dos recursos públicos como um todo, assumindo pressupostos básicos como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Conforme Gonçalves, Ferreira e Alemão (2014) a sustentabilidade financeira do setor saúde pode ser medida por meio da relação entre os recursos pagos e os gastos da prestação do atendimento ao usuário. Essa medida de sustentabilidade representaria a medida do risco operacional do setor. Quanto maior a relação entre os gastos e os valores pagos, maior o risco de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

A educação e os salários têm grande relação com o crescimento econômico, o impacto que estes possuem na economia é gigantesco e tem grande participação nos gastos públicos. Segundo Wilbert e D'Abreu (2013), estudos realizados no Brasil indicam que anos de escolaridade e salário possuem relação direta.

Conforme Wilbert e D'Abreu (2013), a educação, apesar de não ser um bem público puro, pode ser objetivo de política pública a fim de melhorar a eficiência alocativa, com uma maior oferta de educação do que seria resultado do equilíbrio de mercado. Esse maior nível de educação gera ganhos para o indivíduo que recebe a educação e para a sociedade (externalidades), propiciando melhores condições para o crescimento econômico. Além disso,

a educação pública tem também a função de redistribuição de riqueza, ampliando as condições de mobilidade social.

Já Medeiros et al. (2013) mencionam que a educação de qualidade é um fator extremamente importante a ser considerado em todos os países que almejam uma sociedade mais justa e desenvolvida. No Brasil, os bens e serviços voltados à educação podem ser oferecidos tanto por entes públicos como privados. No caso dos entes públicos, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece as responsabilidades de cada esfera de governo na prestação de serviços educacionais.

Como as despesas com pessoal estavam se tornando uma das responsáveis pelo endividamento exagerado do governo, foram tomadas medidas eficazes para reverter essa situação e como os outros exemplos, tornar as despesas menores e obter controle das finanças públicas por meio de relatórios e fazer com que as demonstrações fossem acessíveis à população, para que estes possam verificar como estão sendo aplicados os recursos.

Como mencionam Linhares, Penna e Borges (2013), a imposição de limites seria, portanto, um grande avanço trazido não apenas para o saneamento eficaz das finanças da União, dos estados e dos municípios, como também para a realização de um ajuste fiscal definitivo, indispensável ao crescimento econômico sustentável, à geração de renda e ao bem-estar social.

Estas imposições são importantíssimas para o grande avanço da economia e da lei da transparência, pois com o governo obrigado a apresentar seus gastos para população, é que se terá melhor conhecimento sobre a real situação das receitas e despesas de nosso município, podendo analisar se houve uma evolução e com isso proporcionar benefícios para a população ocasionando o bem-estar social.

Conforme comenta Públio et al. (2014) o acesso universal aos serviços de saúde, previsto na Constituição Federal, deveria garantir assistência terapêutica integral, inclusive de medicamentos do componente especializado (de alto custo). Considerando que esse é um dos maiores desafios ao Sistema Único de Saúde.

### 2.3 Estudos correlatos

Muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de analisar os gastos públicos, observa-se uma grande preocupação com a divulgação e rumo que esses gastos estão seguindo, pois o objetivo é que eles tragam benefícios para a população.

Cruz, Netto (2001) observam que no setor público brasileiro, o controle formal ou exigido por lei, refletido na contabilidade pública, representa um importante instrumento de controle da ação do gestor público. Por meio de inúmeras leis, foram sendo inseridos controles para assegurar a não realização de determinados atos e a realização de outros, com os recursos públicos. Exemplo disso são as leis que estabelecem limitação das despesas com pessoal da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal entrou no cenário da administração pública brasileira, neste contexto de limitação da ação do gestor público, com a finalidade de disciplinar a gestão dos recursos públicos, atribuindo mais responsabilidade a seus gestores. Um dos principais aspectos está nos gastos com pessoal, que representam significativa parcela das despesas públicas. Nesse sentido, investigam o funcionamento de tal imposição legal na ação do gestor público, considerando esta influência externa tanto em seus aspectos negativos quanto positivos. Apresentam, então, exemplo do município de Florianópolis e os relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre o conjunto de municípios catarinenses quanto ao atendimento aos limites das despesas com pessoal.

Magalhães et al. (2005), mencionam que o objetivo é analisar a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais, bem como conhecer a opinião dos governantes em relação à Lei e as dificuldades em cumpri-la, além de identificar a importância das informações contábeis na tomada de decisões pelos executivos

municipais. Com a análise dos dados, constatou-se que os entrevistados consideram a lei importantíssima, pois proíbe o desvio dos recursos públicos e auxilia na gestão da administração pública. Por outro lado, relataram que a maior dificuldade em seguir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal é o limite de gastos com pessoal. Em relação à informação contábil, a maioria dos gestores a considera fundamental na tomada de decisão, sendo utilizada, principalmente para cumprir as normas da Lei em vigor.

Conforme Andrade, Teixeira e Fortunato (2014) artigo tem como objetivo avaliar a influência dos tipos de gastos sociais (por exemplo, educação e saúde) no PIB per capita dos municípios do estado de Minas Gerais. A intuição é de que a efetiva utilização dos recursos públicos poderia gerar aumento do PIB. Para isso, os tipos de gastos foram analisados de forma agrupada e individualizada com defasagens de até três anos em relação ao PIB per capita municipal, através de regressão múltipla em dados de painel. Os resultados encontrados não permitem concluir que os gastos sociais exercem influência significativa na formação do PIB per capita dos municípios mineiros, com exceção dos gastos de saúde e saneamento, pois um aumento da participação dos estados e municípios nos gastos sociais mostra que estes níveis de governo aumentaram seus gastos mais rapidamente que a União. Os gastos sociais são um percentual elevado do PIB dos municípios de Minas Gerais. Mais ainda, o percentual é maior quanto menor for o PIB do município. Este resultado também é condizente com a hipótese de que os gastos sociais aumentam o PIB. Como os gastos são um percentual elevado do PIB, um aumento dos gastos pode gerar aumento do PIB dos municípios.

Diel et al. (2014) descrevem que o objetivo geral do estudo foi analisar o desempenho dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes relacionado a sua estratégia de investimentos públicos em educação, e justifica-se pela importância da área da educação para o desenvolvimento social e econômico do país e do acompanhamento necessário sobre a alocação de recursos públicos. O método utilizado foi à análise envoltória de dados (DEA). O input foi o valor dos gastos com educação, e os outputs foram as matrículas por habitantes, o número de docentes, o número de escolas e a média de notas escolares. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de caráter documental e abordagem quantitativa dos dados analisados. Pode-se concluir que o grupo com maior eficiência é o grupo 5, no qual se apresentaram três cidades com o Score 1; ou seja, as cidades de Campinas (SP), Belém (PA) e Salvador (BA) são consideradas 100% eficientes na alocação de recursos na educação. O grupo 5 obteve a maior parte dos municípios com alocação de recursos eficientes em mais de 50%, O grupo 5 obteve a maior parte dos municípios com alocação de recursos eficientes em mais de 50%, amostra total, o que corresponde a 85,7% dos municípios. Desses 12 municípios, 10 são capitais de Estados brasileiros. Os demais grupos tiveram uma única cidade com 100% de eficiência cada.

Perante os estudos correlatos mencionados anteriormente é possível observar que na maioria dos estudos os municípios estão tendo uma preocupação visível com a saúde e a educação e estão disponibilizando maiores recursos para que a população tenha uma qualidade de atendimento melhor.

### **3 Procedimentos metodológicos**

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo, realizado por meio de análise documental. Segundo Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos objetivos caracterizam-se como análise documental. Conforme Maroni e Lakatos (2010, p. 157) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

A coleta dos dados, se deu por meio dos portais de transparência dos municípios, e os mesmos foram analisados por meio de pesquisa quantitativa por se tratar de quantidade e as características deste determinado grupo serem semelhantes e esta ser a mais adequada para gerar medidas precisas e confiáveis ao efetivo desenvolvimento do estudo.

Conforme Creswell (2007, p. 35) “uma técnica quantitativa é aquela em que o investigador usa primariamente alegações pós-positivas para desenvolvimento do conhecimento (ou seja, raciocínio de causa e efeito, redução de variáveis específicas e hipóteses e questões, uso de mensuração e observação e teste de teorias), emprega estratégias de investigação (como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos)”.

A microrregião de Chapecó, que está sendo analisada neste estudo é composta por 38 municípios e possui uma área de 6.045.917 Km<sup>2</sup>, a população é de 405.123 habitantes, segundo o censo de 2010, proporcionando assim um PIB per capita de R\$ 12.687,62. As abordagens de estudo nesse caso se darão por meio da base de dados, portais de transparência dos sites das prefeituras da microrregião de Chapecó.

Portanto o estudo foi desenvolvido para analisar quais foram os gastos obtidos pelos 38 municípios da microrregião de Chapecó, tendo como base para um comparativo os anos de 2012, 2013 e 2014, priorizando então para uma maior e melhor análise dos dados os gastos das despesas com pessoal, despesas com saúde e despesas com educação, pois estes visam o atendimento dos serviços e dos encargos assumidos no interesse geral da sociedade. Tem por objetivo também verificar se houve um aumento ou diminuição destes gastos públicos e qual foi o impacto que estes provocaram nos determinados municípios mencionados neste presente estudo.

#### 4 Análise dos resultados

Uma análise do comportamento dos gastos sociais se faz necessária para melhor conhecimento e compreensão de como estão sendo administradas e utilizadas essas despesas pelos governantes das prefeituras e para que o público em geral tenha melhor compreensão destes gastos.

Neste estudo foram analisados os 38 municípios da microrregião de Chapecó nos anos de 2012, 2013 e 2014. Estão divididas as despesas por ano para melhor compreensão das análises. O banco de dados para coleta das informações que constam nos quadros a seguir foram retirados dos sites das prefeituras dos municípios analisados e do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC). Inicia-se este estudo com a apresentação dos quadros para que em seguida, seja realizada a análise e comparação da real situação das despesas com pessoal, despesa com saúde e despesa com educação nos referidos municípios que fazem parte da microrregião de Chapecó.

Quadro 1 – Gastos públicos

| Município        | 2012                |                   |                      | 2013                |                   |                      | 2014                |                   |                      |
|------------------|---------------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
|                  | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação |
| Águas Chapecó    | 6.337.294,93        | 4.267.690,53      | 2.340.250,18         | 6.779.867,41        | 3.548.551,69      | 2.577.057,25         | 7.302.700,90        | 3.701.145,00      | 3.002.434,08         |
| Águas Frias      | 4.166.023,28        | 2.233.195,65      | 2.470.562,45         | 4.529.352,10        | 2.180.614,86      | 1.702.295,82         | 5.151.937,29        | 2.405.876,31      | 2.215.131,29         |
| Bom J. Oeste     | 3.495.481,48        | 1.806.342,33      | 1.742.298,76         | 4.258.776,94        | 1.952.235,31      | 1.531.242,95         | 5.077.030,59        | 2.412.121,83      | 2.208.239,96         |
| Caiibi           | 6.083.893,84        | 3.154.268,12      | 3.428.081,25         | 6.192.098,68        | 3.507.065,74      | 3.186.687,48         | 7.930.139,97        | 4.889.604,98      | 4.253.277,14         |
| Campo Eré        | 9.651.127,93        | 5.015.273,96      | 4.875.508,77         | 11.276.713,61       | 4.693.584,97      | 7.030.790,58         | 9.109.736,40        | 5.096.161,95      | 5.046.125,53         |
| Caxambu do Sul   | 6.822.115,87        | 3.632.657,75      | 3.457.362,76         | 7.154.499,53        | 3.329.845,41      | 3.821.855,74         | 8.119.369,47        | 3.495.732,99      | 4.463.369,01         |
| Chapecó          | 177.063.580,87      | 139.288.701,19    | 91.477.767,72        | 207.283.212,63      | 162.448.767,68    | 101.662.251,96       | 249.467.300,43      | 192.975.475,46    | 113.016.684,12       |
| Cordilheira Alta | 5.596.545,56        | 3.006.243,85      | 2.651.379,66         | 6.142.928,07        | 3.612.227,13      | 3.338.241,05         | 7.038.737,06        | 3.926.882,15      | 4.008.632,95         |
| Coronel Freitas  | 9.739.498,10        | 5.214.029,01      | 6.035.253,36         | 10.008.000,83       | 5.449.949,46      | 6.132.471,31         | 12.011.772,58       | 5.632.892,12      | 6.693.197,06         |
| Cunha Porã       | 8.965.845,27        | 4.313.470,28      | 5.944.499,85         | 10.823.148,36       | 4.850.967,91      | 5.911.265,98         | 11.701.340,79       | 6.078.851,74      | 7.037.196,91         |

Continua...



Continua...

| Município        | 2012                |                   |                      | 2013                |                   |                      | 2014                |                   |                      |
|------------------|---------------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
|                  | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação | Despesa com Pessoal | Despesa com Saúde | Despesa com Educação |
| Cunhataí         | 3.089.466,72        | 1.829.148,28      | 1.692.301,82         | 3.380.242,91        | 1.805.605,83      | 1.561.592,27         | 4.054.524,04        | 2.202.054,79      | 2.116.797,72         |
| Flor do Sertão   |                     |                   |                      | 3.784.407,08        | 2.508.141,10      | 1.387.793,69         | 4.550.184,19        | 2.758.826,08      | 2.364.441,04         |
| Formosa do Sul   | 3.618.309,11        | 1.915.544,41      | 2.842.376,40         | 4.116.047,81        | 2.192.753,96      | 2.133.735,24         | 4.309.992,01        | 2.267.467,56      | 2.740.175,07         |
| Guatambu         | 6.635.798,47        | 3.349.039,56      | 3.016.314,78         | 7.302.345,96        | 3.887.382,99      | 3.364.018,14         | 8.289.007,42        | 3.908.599,68      | 4.355.211,23         |
| Iraceminha       | 4.966.961,51        | 2.764.314,37      | 2.064.964,19         | 5.813.705,22        | 2.837.179,30      | 2.242.186,29         | 6.650.114,76        | 3.838.254,95      | 2.511.817,45         |
| Irati            | 3.766.551,72        | 1.729.560,81      | 1.730.125,84         | 4.200.488,54        | 1.588.200,55      | 2.294.622,46         | 4.890.760,99        | 1.878.308,94      | 1.825.582,13         |
| Jardinópolis     | 3.770.383,49        | 2.061.411,84      | 1.401.667,79         | 4.164.687,44        | 2.066.815,03      | 2.030.969,52         | 5.025.319,73        | 2.141.445,10      | 1.941.316,95         |
| Maravilha        | 19.434.341,07       | 11.386.829,77     | 12.464.439,77        | 23.568.983,40       | 12.650.282,48     | 13.290.469,49        | 26.763.671,72       | 14.704.295,56     | 16.053.096,82        |
| Modelo           | 5.439.077,38        | 3.070.294,13      | 2.513.287,77         | 6.130.594,00        | 2.969.433,65      | 2.806.907,90         | 4.867.567,50        | 2.951.769,01      | 2.589.501,97         |
| Nova Erechim     | 5.187.680,75        | 2.707.338,58      | 2.831.341,39         | 5.885.240,16        | 2.994.534,57      | 2.993.678,00         | 6.703.919,15        | 3.173.540,24      | 3.420.016,27         |
| Nova Itaberaba   | 5.012.337,53        | 3.055.658,21      | 3.318.851,62         | 5.773.528,42        | 3.377.976,06      | 3.027.164,02         | 6.525.155,28        | 3.423.937,35      | 3.597.179,52         |
| Novo Horizonte   | 4.585.507,00        | 2.034.535,76      | 2.333.389,82         | 4.781.896,90        | 2.241.376,71      | 2.356.015,25         | 5.140.328,61        | 2.574.619,25      | 3.001.876,78         |
| Palmitos         | 14.300.816,37       | 7.759.698,20      | 8.089.521,71         | 15.276.288,59       | 8.124.674,78      | 8.117.062,89         | 16.782.064,66       | 8.752.812,23      | 8.279.042,09         |
| Pinhalzinho      | 18.036.980,81       | 9.206.840,07      | 9.487.516,22         | 19.622.462,99       | 11.060.751,86     | 9.798.296,48         | 23.005.048,79       | 13.045.963,27     | 11.659.050,30        |
| Planalto Alegre  | 4.296.292,74        | 2.256.182,62      | 1.786.446,52         | 4.753.671,25        | 2.420.949,16      | 2.012.502,67         | 5.409.831,19        | 2.844.921,22      | 2.273.576,71         |
| Quilombo         | 10.240.916,06       | 7.212.398,83      | 5.742.182,20         | 10.128.464,04       | 7.879.999,34      | 5.002.920,19         | 12.605.726,06       | 9.412.930,87      | 6.108.542,68         |
| Salinho          | 4.493.012,28        | 2.214.487,51      | 3.014.077,72         | 5.038.407,58        | 2.153.022,60      | 2.666.876,47         | 5.607.691,16        | 2.697.480,84      | 3.449.286,91         |
| St. Ter. Progre. | 3.796.800,74        | 2.155.269,12      | 1.857.591,91         | 4.622.462,99        | 1.955.343,35      | 2.407.253,27         | 5.033.310,86        | 2.215.770,69      | 2.285.745,24         |
| Santiago do Sul  | 3.407.612,57        | 1.889.107,76      | 1.968.200,51         | 3.882.217,82        | 1.738.643,08      | 1.531.102,90         | 4.228.472,56        | 2.051.060,44      | 1.807.828,37         |
| São Bernardino   | 4.472.330,53        | 2.181.620,31      | 2.613.798,16         | 4.801.276,30        | 2.087.014,47      | 3.025.847,74         | 5.639.864,30        | 2.520.378,10      | 4.729.776,01         |
| São Carlos       | 8.657.530,89        | 5.529.124,60      | 4.861.622,88         | 9.484.694,88        | 5.921.846,54      | 5.085.304,26         | 10.799.100,95       | 6.352.017,67      | 6.063.323,60         |
| São L. do Oeste  | 16.425.301,43       | 9.440.630,77      | 18.084.806,74        | 18.739.057,94       | 10.400.144,97     | 16.500.819,19        | 20.639.262,12       | 13.002.235,34     | 19.345.035,43        |
| São M. B. Vista  | 3.931.957,11        | 2.107.725,01      | 1.749.092,06         | 4.371.983,24        | 1.951.087,57      | 1.777.062,19         | 4.779.115,06        | 2.260.764,54      | 2.312.211,40         |
| Saudades         | 7.312.672,17        | 3.747.632,58      | 4.122.080,17         | 8.249.437,59        | 4.132.642,41      | 4.790.737,81         | 9.570.448,01        | 5.220.582,42      | 5.808.173,14         |
| Serra Alta       | 3.973.624,52        | 2.145.664,44      | 3.975.752,17         | 4.123.061,31        | 2.230.480,50      | 2.758.577,49         | 5.017.998,00        | 2.668.003,07      | 2.898.907,49         |
| Sul Brasil       | 3.722.226,97        | 2.073.362,39      | 2.224.468,08         | 3.905.354,02        | 2.284.717,52      | 2.169.221,85         | 4.506.754,05        | 2.902.891,46      | 2.527.862,05         |
| Tigrinhos        | 4.077.218,68        | 2.208.723,06      | 1.397.058,04         | 4.702.262,29        | 2.298.581,93      | 1.916.878,21         | 4.938.386,41        | 2.582.656,18      | 1.663.311,41         |
| União do Oeste   | 4.275.549,56        | 2.460.704,00      | 2.322.418,65         | 4.798.810,10        | 2.482.242,55      | 2.129.574,66         | 5.376.673,77        | 2.646.852,21      | 2.900.937,30         |

Fonte: elaborado pelos autores

Verifica-se por meio do Quadro 1 que praticamente todas as informações necessárias para a análise pretendida estão disponíveis, assim, poderá ser feita a análise comparativa para saber qual a variação que os gastos tiveram de um ano para o outro.

O Quadro 2 apresenta as informações de todos os municípios, constando as despesas com pessoal, despesas com saúde e despesas com educação, porém para melhor análise e comparação, nos próximos quadros, estão separadas as despesas por anos e por classe, para assim facilitar a visualização dessa evolução. Nessas análises detalhadas, optou-se por reproduzir os valores em milhares de reais e expor as evoluções dos gastos a cada ano e a evolução acumulada.

Quadro 2 – Despesas com pessoal (valores em R\$ mil)

| Município          | 2012                | 2013                | 2014                | Variações |           |        |
|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------|-----------|--------|
|                    | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012 2013 | 2013 2014 | Total  |
| Águas de Chapecó   | 6.337,3             | 6.779,9             | 7.302,7             | 6,98%     | 7,71%     | 15,23% |
| Águas Frias        | 4.166,0             | 4.529,4             | 5.151,9             | 8,72%     | 13,75%    | 23,67% |
| Bom Jesus do Oeste | 3.495,5             | 4.258,8             | 5.077,0             | 21,84%    | 19,21%    | 45,25% |
| Caíbi              | 6.083,9             | 6.192,1             | 7.930,1             | 1,78%     | 28,07%    | 30,35% |
| Campo Erê          | 9.651,1             | 11.276,7            | 9.109,7             | 16,84%    | -19,22%   | -5,61% |
| Caxambu do Sul     | 6.822,1             | 7.154,5             | 8.119,4             | 4,87%     | 13,49%    | 19,02% |
| Chapecó            | 177.063,6           | 207.283,2           | 249.467,3           | 17,07%    | 20,35%    | 40,89% |
| Cordilheira Alta   | 5.596,5             | 6.142,9             | 7.038,7             | 9,76%     | 14,58%    | 25,77% |
| Coronel Freitas    | 9.739,5             | 10.008,0            | 12.011,8            | 2,76%     | 20,02%    | 23,33% |
| Cunha Porã         | 8.965,8             | 10.823,1            | 11.701,3            | 20,72%    | 8,11%     | 30,51% |
| Cunhataí           | 3.089,5             | 3.380,2             | 4.054,5             | 9,41%     | 19,95%    | 31,24% |
| Flor do Sertão     | -                   | 3.784,4             | 4.550,2             | 0,00%     | 20,24%    | 0,00%  |
| Formosa do Sul     | 3.618,3             | 4.116,0             | 4.310,0             | 13,76%    | 4,71%     | 19,12% |
| Guatambu           | 6.635,8             | 7.302,3             | 8.289,0             | 10,04%    | 13,51%    | 24,91% |
| Iraceminha         | 4.967,0             | 5.813,7             | 6.650,1             | 17,05%    | 14,39%    | 33,89% |
| Irati              | 3.766,6             | 4.200,5             | 4.890,8             | 11,52%    | 16,43%    | 29,85% |
| Jardinópolis       | 3.770,4             | 4.164,7             | 5.025,3             | 10,46%    | 20,66%    | 33,28% |
| Maravilha          | 19.434,3            | 23.569,0            | 26.763,7            | 21,27%    | 13,55%    | 37,71% |

Continua...

Continua...

| Município             | 2012                | 2013                | 2014                | Variações    |              |         |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|--------------|---------|
|                       | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012<br>2013 | 2013<br>2014 | Total   |
| Modelo                | 5.439,1             | 6.130,6             | 4.867,6             | 12,71%       | -20,60%      | -10,51% |
| Nova Erechim          | 5.187,7             | 5.885,2             | 6.703,9             | 13,45%       | 13,91%       | 29,23%  |
| Nova Itaberaba        | 5.012,3             | 5.773,5             | 6.525,2             | 15,19%       | 13,02%       | 30,18%  |
| Novo Horizonte        | 4.585,5             | 4.781,9             | 5.140,3             | 4,28%        | 7,50%        | 12,10%  |
| Palmitos              | 14.300,8            | 15.276,3            | 16.782,1            | 6,82%        | 9,86%        | 17,35%  |
| Pinhalzinho           | 18.037,0            | 19.588,0            | 23.005,0            | 8,60%        | 17,44%       | 27,54%  |
| Planalto Alegre       | 4.296,3             | 4.753,7             | 5.409,8             | 10,65%       | 13,80%       | 25,92%  |
| Quilombo              | 10.240,9            | 10.128,5            | 12.605,7            | -1,10%       | 24,46%       | 23,09%  |
| Saltinho              | 4.493,0             | 5.038,4             | 5.607,7             | 12,14%       | 11,30%       | 24,81%  |
| St. Ter. do Progresso | 3.796,8             | 4.622,5             | 5.033,3             | 21,75%       | 8,89%        | 32,57%  |
| Santiago do Sul       | 3.407,6             | 3.882,2             | 4.228,5             | 13,93%       | 8,92%        | 24,09%  |
| São Bernardino        | 4.472,3             | 4.801,3             | 5.639,9             | 7,36%        | 17,47%       | 26,11%  |
| São Carlos            | 8.657,5             | 9.484,7             | 10.799,1            | 9,55%        | 13,86%       | 24,74%  |
| São Lou. do Oeste     | 16.425,3            | 18.739,1            | 20.639,3            | 14,09%       | 10,14%       | 25,66%  |
| São Mig. da Boa Vista | 3.932,0             | 4.372,0             | 4.779,1             | 11,19%       | 9,31%        | 21,55%  |
| Saudades              | 7.312,7             | 8.249,4             | 9.570,4             | 12,81%       | 16,01%       | 30,87%  |
| Serra Alta            | 3.973,6             | 4.123,1             | 5.018,0             | 3,76%        | 21,71%       | 26,28%  |
| Sul Brasil            | 3.722,2             | 3.905,4             | 4.506,8             | 4,92%        | 15,40%       | 21,08%  |
| Tigrinhos             | 4.077,2             | 4.702,3             | 4.938,4             | 15,33%       | 5,02%        | 21,12%  |
| União do Oeste        | 4.275,5             | 4.798,8             | 5.376,7             | 12,24%       | 12,04%       | 25,75%  |
| Total de gastos       | 418.848,6           | 479.816,2           | 554.620,4           | 14,56%       | 15,59%       | 32,42%  |

Fonte: elaborado pelos autores

A análise do Quadro 2 deixa claro que os gastos conjuntos dos municípios no tocante a despesas com pessoal, sofreu variações significativas no período analisado, atingindo um total de 32,42% entre 2012 e 2014.

Há de se destacar que no mesmo período, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador usado para medir as variações de custos do consumidor e consequentemente base para negociações de aumentos dos salários dos profissionais da iniciativa privada, atingiu um total de 12,14% (5,56% em 2013 e 6,23% em 2014) conforme informações disponibilizadas pelo IBGE.

Diante desta constatação, surge a dúvida se o aumento observado nos gastos com pessoal está relacionado com aumentos dos salários dos colaboradores ou aumento no número total de colaboradores. Para essa questão, não se obteve resposta, porém, diante das constantes solicitações de aumentos salariais pelo funcionalismo público, há de se esperar que não aconteceram aumentos acima da inflação nos últimos anos.

Por outro lado, em tempos de melhorias de produtividade e inserção de tecnologias que reduzem o nível de trabalho humano, o inchaço da máquina pública com aumento de colaboradores, em nossa opinião, é andar na contramão do que a sociedade espera.

Ainda, considerando-se a troca de governos municipais a partir de janeiro de 2013 a partir das eleições ocorridas em 2012, uma hipótese a ser levantada seria o aumento das despesas com pessoal originadas pelo aumento de colaboradores em cargos de confiança, práticas muitas vezes observadas como moeda de troca pela absorção no poder público de pessoas que auxiliaram nas eleições tanto no poder executivo quanto no legislativo.

No desenvolvimento do estudo não foi possível identificar os reais motivos do alto aumento das despesas com pessoal, porém, as possibilidades deixam claro que nem sempre aumentos de custos por parte do poder público nesta rubrica se refletem em uma boa gestão por parte de nossos governantes.

Por outro lado a análise detalhada por município deixa claro que no quesito de aumentos de gastos com pessoal, o município de Chapecó merece destaque, pois, no período analisado teve seus gastos ampliados em 40,89%. Paralelamente esse município, no ano de 2014 foi responsável por quase 45% dos gastos totais com pessoal (dos 38 municípios analisados) enquanto que em 2012 era responsável por 42,3% do total desses gastos.

Também merecem destaques os municípios de Campo Erê e Modelo que tiveram uma redução nos gastos com pessoal no período. A razão dessa redução não foi identificada, porém, se aconteceu a partir de melhora no processo de gestão sem reduzir qualidade de atendimento a população, essa variação seria louvável. De forma semelhante, os municípios de Aguas de Chapecó e Novo Horizonte apresentaram aumentos próximos a inflação medida através do INPC, porém, todos os demais municípios tiveram aumentos significativamente superior a esse índice.

O Quadro 3 contém as informações das Despesas com Saúde para melhor análise e comparação facilitando a verificação da evolução ou não nos gastos e assim sendo de fácil compreensão para o público em geral.

Referente aos gastos com saúde demonstrados no quadro 3, observou-se que apesar de em conjunto os municípios analisados terem investido em 2014 31,27% a mais do que investiram em saúde em 2012, esses aumentos não foram regulares, ou seja, alguns municípios tiveram aumentos significativos, enquanto outros tiveram incrementos próximos aos índices de inflação e diversos tiveram variações negativas nesses gastos.

Também nesse quesito, merece destaque o município de Chapecó que realizou em 2014 investimentos em saúde de 38,54% em relação a 2012. Em 2014 os gastos com saúde o município de Chapecó representaram 51,13% de todos os gastos dos municípios analisados.

Quadro 3 – Despesas com saúde (valores em R\$ mil)

| Município             | 2012                | 2013                | 2014                | Variações    |              |         |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|--------------|---------|
|                       | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012<br>2013 | 2013<br>2014 | Total   |
| Águas de Chapecó      | 4.267,7             | 3.548,6             | 3.701,1             | -16,85%      | 4,30%        | -13,28% |
| Águas Frias           | 2.233,2             | 2.180,6             | 2.405,9             | -2,35%       | 10,33%       | 7,73%   |
| Bom Jesus do Oeste    | 1.806,3             | 1.952,2             | 2.412,1             | 8,08%        | 23,56%       | 33,54%  |
| Caibi                 | 3.154,3             | 3.507,1             | 4.889,6             | 11,18%       | 39,42%       | 55,02%  |
| Campo Erê             | 5.015,3             | 4.693,6             | 5.096,2             | -6,41%       | 8,58%        | 1,61%   |
| Caxambu do Sul        | 3.632,7             | 3.329,8             | 3.495,7             | -8,34%       | 4,98%        | -3,77%  |
| Chapecó               | 139.288,7           | 162.448,8           | 192.975,5           | 16,63%       | 18,79%       | 38,54%  |
| Cordilheira Alta      | 3.006,2             | 3.612,2             | 3.926,9             | 20,16%       | 8,71%        | 30,62%  |
| Coronel Freitas       | 5.214,0             | 5.449,9             | 5.632,9             | 4,52%        | 3,36%        | 8,03%   |
| Cunha Porã            | 4.313,5             | 4.851,0             | 6.078,9             | 12,46%       | 25,31%       | 40,93%  |
| Cunhataí              | 1.829,1             | 1.805,6             | 2.202,1             | -1,29%       | 21,96%       | 20,39%  |
| Flor do Sertão        | -                   | 2.508,1             | 2.758,8             | 0,00%        | 9,99%        | 0,00%   |
| Formosa do Sul        | 1.915,5             | 2.192,8             | 2.267,5             | 14,47%       | 3,41%        | 18,37%  |
| Guatambu              | 3.349,0             | 3.887,4             | 3.908,6             | 16,07%       | 0,55%        | 16,71%  |
| Iraceminha            | 2.764,3             | 2.837,2             | 3.838,3             | 2,64%        | 35,28%       | 38,85%  |
| Irati                 | 1.729,6             | 1.588,2             | 1.878,3             | -8,17%       | 18,27%       | 8,60%   |
| Jardinópolis          | 2.061,4             | 2.066,8             | 2.141,4             | 0,26%        | 3,61%        | 3,88%   |
| Maravilha             | 11.386,8            | 12.650,3            | 14.704,3            | 11,10%       | 16,24%       | 29,13%  |
| Modelo                | 3.070,3             | 2.969,4             | 2.951,8             | -3,29%       | -0,59%       | -3,86%  |
| Nova Erechim          | 2.707,3             | 2.994,5             | 3.173,5             | 10,61%       | 5,98%        | 17,22%  |
| Nova Itaberaba        | 3.055,7             | 3.378,0             | 3.423,9             | 10,55%       | 1,36%        | 12,05%  |
| Novo Horizonte        | 2.034,5             | 2.241,4             | 2.574,6             | 10,17%       | 14,87%       | 26,55%  |
| Palmitos              | 7.759,7             | 8.124,7             | 8.752,8             | 4,70%        | 7,73%        | 12,80%  |
| Pinhalzinho           | 9.206,8             | 11.060,8            | 13.046,0            | 20,14%       | 17,95%       | 41,70%  |
| Planalto Alegre       | 2.256,2             | 2.420,9             | 2.844,9             | 7,30%        | 17,51%       | 26,09%  |
| Quilombo              | 7.212,4             | 7.880,0             | 9.412,9             | 9,26%        | 19,45%       | 30,51%  |
| Saltinho              | 2.214,5             | 2.153,0             | 2.697,5             | -2,78%       | 25,29%       | 21,81%  |
| St. Ter. do Progresso | 2.155,3             | 1.955,3             | 2.215,8             | -9,28%       | 13,32%       | 2,81%   |
| Santiago do Sul       | 1.889,1             | 1.738,6             | 2.051,1             | -7,96%       | 17,97%       | 8,57%   |
| São Bernardino        | 2.181,6             | 2.087,0             | 2.520,4             | -4,34%       | 20,76%       | 15,53%  |
| São Carlos            | 5.529,1             | 5.921,8             | 6.352,0             | 7,10%        | 7,26%        | 14,88%  |

Continua...

Continua...

| Município             | 2012                | 2013                | 2014                | Variações |           |        |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------|-----------|--------|
|                       | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012 2013 | 2013 2014 | Total  |
| São Lou. do Oeste     | 9.440,6             | 10.400,1            | 13.002,2            | 10,16%    | 25,02%    | 37,73% |
| São Mig. da Boa Vista | 2.107,7             | 1.951,1             | 2.260,8             | -7,43%    | 15,87%    | 7,26%  |
| Saudades              | 3.747,6             | 4.132,6             | 5.220,6             | 10,27%    | 26,33%    | 39,30% |
| Serra Alta            | 2.145,7             | 2.230,5             | 2.668,0             | 3,95%     | 19,62%    | 24,34% |
| Sul Brasil            | 2.073,4             | 2.284,7             | 2.902,9             | 10,19%    | 27,06%    | 40,01% |
| Tigrinhos             | 2.208,7             | 2.298,6             | 2.582,7             | 4,07%     | 12,36%    | 16,93% |
| União do Oeste        | 2.460,7             | 2.482,2             | 2.646,9             | 0,88%     | 6,63%     | 7,56%  |
| Total de gastos       | 272.424,7           | 305.815,6           | 357.615,2           | 12,26%    | 16,94%    | 31,27% |

Fonte: elaborado pelos autores

Outro destaque é que no período de 2013, 12 municípios gastaram menos com saúde do que no ano de 2012 e outros 7 municípios tiveram incrementos abaixo de 5%. Essa tendência já não foi observada no ano de 2014 em relação a 2013 em que apenas 1 município teve redução nos gastos e outros 7 tiveram incrementos abaixo de 5%.

Já no Quadro 4 verifica-se as informações das Despesas com Educação, também separadas pelos anos para melhor análise e comparação, o que facilita a verificação da evolução nos gastos e tem melhor compreensão perante o público em geral.

Quadro 4 – Despesas com educação (valores em R\$ mil)

| Município             | 2012                | 2013                | 2014                | Variações |           |         |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------|-----------|---------|
|                       | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012 2013 | 2013 2014 | Total   |
| Águas de Chapecó      | 2.340,3             | 2.577,1             | 3.002,4             | 10,12%    | 16,51%    | 28,30%  |
| Águas Frias           | 2.470,6             | 1.702,3             | 2.215,1             | -31,10%   | 30,13%    | -10,34% |
| Bom Jesus do Oeste    | 1.742,3             | 1.531,2             | 2.208,2             | -12,11%   | 44,21%    | 26,74%  |
| Caíbi                 | 3.428,1             | 3.186,7             | 4.253,3             | -7,04%    | 33,47%    | 24,07%  |
| Campo Erê             | 4.875,5             | 7.030,8             | 5.046,1             | 44,21%    | -28,23%   | 3,50%   |
| Caxambu do Sul        | 3.457,4             | 3.821,9             | 4.463,4             | 10,54%    | 16,79%    | 29,10%  |
| Chapecó               | 91.477,8            | 101.662,3           | 113.016,7           | 11,13%    | 11,17%    | 23,55%  |
| Cordilheira Alta      | 2.651,4             | 3.338,2             | 4.008,6             | 25,91%    | 20,08%    | 51,19%  |
| Coronel Freitas       | 6.035,3             | 6.132,5             | 6.693,2             | 1,61%     | 9,14%     | 10,90%  |
| Cunha Porã            | 5.944,5             | 5.911,3             | 7.037,2             | -0,56%    | 19,05%    | 18,38%  |
| Cunhataí              | 1.692,3             | 1.561,6             | 2.116,8             | -7,72%    | 35,55%    | 25,08%  |
| Flor do Sertão        | -                   | 1.387,8             | 2.364,4             | 0,00%     | 70,37%    | 0,00%   |
| Formosa do Sul        | 2.842,4             | 2.133,7             | 2.740,2             | -24,93%   | 28,42%    | -3,60%  |
| Guatambu              | 3.016,3             | 3.364,0             | 4.355,2             | 11,53%    | 29,46%    | 44,39%  |
| Iraceminha            | 2.065,0             | 2.242,2             | 2.511,8             | 8,58%     | 12,03%    | 21,64%  |
| Irati                 | 1.730,1             | 2.294,6             | 1.825,6             | 32,63%    | -20,44%   | 5,52%   |
| Jardinópolis          | 1.401,7             | 2.031,0             | 1.941,3             | 44,90%    | -4,41%    | 38,50%  |
| Maravilha             | 12.464,4            | 13.290,5            | 16.053,1            | 6,63%     | 20,79%    | 28,79%  |
| Modelo                | 2.513,3             | 2.806,9             | 2.589,5             | 11,68%    | -7,75%    | 3,03%   |
| Nova Erechim          | 2.831,3             | 2.993,7             | 3.420,0             | 5,73%     | 14,24%    | 20,79%  |
| Nova Itaberaba        | 3.318,9             | 3.027,2             | 3.597,2             | -8,79%    | 18,83%    | 8,39%   |
| Novo Horizonte        | 2.333,4             | 2.356,0             | 3.001,9             | 0,97%     | 27,41%    | 28,65%  |
| Palmitos              | 8.089,5             | 8.117,1             | 8.279,0             | 0,34%     | 2,00%     | 2,34%   |
| Pinhalzinho           | 9.487,5             | 9.798,3             | 11.659,1            | 3,28%     | 18,99%    | 22,89%  |
| Planalto Alegre       | 1.786,4             | 2.012,5             | 2.273,6             | 12,65%    | 12,97%    | 27,27%  |
| Quilombo              | 5.742,2             | 5.002,9             | 6.108,5             | -12,87%   | 22,10%    | 6,38%   |
| Saltinho              | 3.014,1             | 2.666,9             | 3.449,3             | -11,52%   | 29,34%    | 14,44%  |
| St. Ter. do Progresso | 1.857,6             | 2.407,3             | 2.285,7             | 29,59%    | -5,05%    | 23,05%  |
| Santiago do Sul       | 1.968,2             | 1.531,1             | 1.807,8             | -22,21%   | 18,07%    | -8,15%  |

Continua...

Continua...

| Município             | 2012                | 2013                | 2014                | Variações    |              |         |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|--------------|---------|
|                       | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | Despesa com Pessoal | 2012<br>2013 | 2013<br>2014 | Total   |
| São Bernardino        | 2.613,8             | 3.025,8             | 4.729,8             | 15,76%       | 56,31%       | 80,95%  |
| São Carlos            | 4.861,6             | 5.085,3             | 6.063,3             | 4,60%        | 19,23%       | 24,72%  |
| São Lou. do Oeste     | 18.084,8            | 16.500,8            | 19.345,0            | -8,76%       | 17,24%       | 6,97%   |
| São Mig. da Boa Vista | 1.749,1             | 1.777,1             | 2.312,2             | 1,60%        | 30,11%       | 32,19%  |
| Saudades              | 4.122,1             | 4.790,7             | 5.808,2             | 16,22%       | 21,24%       | 40,90%  |
| Serra Alta            | 3.975,8             | 2.758,6             | 2.898,9             | -30,61%      | 5,09%        | -27,09% |
| Sul Brasil            | 2.224,5             | 2.169,2             | 2.527,9             | -2,48%       | 16,53%       | 13,64%  |
| Tigrinhos             | 1.397,1             | 1.916,9             | 1.663,3             | 37,21%       | -13,23%      | 19,06%  |
| União do Oeste        | 2.322,4             | 2.129,6             | 2.900,9             | -8,30%       | 36,22%       | 24,91%  |
| Total de gastos       | 233.928,7           | 248.073,4           | 282.573,9           | 6,05%        | 13,91%       | 20,79%  |

Fonte: elaborado pelos autores

Referente aos gastos com Educação nos municípios analisados, conforme destacado no Quadro 03, observa-se que, diferente dos gastos com saúde e pessoal que tiveram aumentos acima de 30% no período 2012 a 2014, neste, a variação conjunta dos municípios foi de 20,79%.

Também nesse tópico o município de Chapecó merece destaque, pois sozinho representa em 2014 quase 40% do total de gastos com educação. Esse município teve um incremento de 23,55% nesses gastos no período de 2014 em relação a 2012. É fácil observar que, devido a grande participação no total de gastos, tanto em educação, saúde ou com pessoal, as variações dos investimentos pelo município de Chapecó é a que mais influência nas variações de todos os municípios, assim, se Chapecó reduz investimentos, o total de investimentos da região sofre grande influência.

A análise detalhada dos municípios deixa observar também que as variações de gastos em saúde são bastante dispersa, por exemplo, enquanto que o município de São Bernardino aumentou em mais de 80% seus gastos com educação, o município de Serra Alta teve uma redução de mais de 27% no período de 2014 em relação a 2012.

Também nesse caso, não há como precisar se as variações em gastos com educação são favoráveis ou não a gestão do município. O destaque é que parece que tais gastos não estão relacionados a arrecadação do município, pois, mesmo não tendo sido analisado esse fator, é fácil inferir que não haveria uma variação tão significativa como a observada nos gastos com educação.

Perante os quadros analisados observa-se que todas as informações pesquisadas foram disponibilizadas pelas prefeituras dos municípios, assim foi possível ser feita uma análise comparativa completa para saber qual a porcentagem de evolução que os gastos proporcionaram para os municípios de um ano para o outro.

## 5 Conclusões e pesquisas futuras

Diante do desafio apresentado pela problemática central desta investigação, que foi o de questionar qual a evolução dos gastos públicos referente as despesas com pessoal, com educação e com a saúde, na microrregião de Chapecó, verificou-se que os resultados do estudo indicaram uma alta evolução nas despesas dentre os anos abordados, principalmente se analisados o conjunto dos 38 municípios pesquisados.

As análises deixam claro inclusive que os aumentos foram bastante superiores aos índices de inflação, principalmente em relação ao INPC, que foi o índice utilizado como base de comparação.

Pela forma de análise proposta não foi possível identificar o real motivo dessa forte evolução nos gastos, mas, tais aumentos, se analisados de forma isolada, deixam claro que houve um descompasso em relação a inflação. A expectativa que resta é de que tais aumentos

tenham sido realizados em favor de melhores serviços e condições sociais para a população e não uma falta de gestão por parte de nossos administradores públicos, como a hipótese levantada de que os aumentos dos gastos com pessoal possam ter sido motivados pela necessidade de se organizar as negociações eleitorais com a distribuição de cargos públicos a apoiadores e eleitores.

É certo, no entanto, que aumentos significativos em despesas públicas precisam ser suportados redução nos investimentos ou por evoluções nas receitas, o que significa aumentos de impostos. Em ambos os casos, seriam ações contra os interesses da população.

Nesse sentido, mesmo analisando que alguns aumentos de despesas públicas podem refletir em melhorias no atendimento a comunidade, há de se ter a preocupação também com a origem desses recursos.

Por fim, o que se espera sempre é que a melhoria na prestação de serviços das entidades públicas seja originada melhorias de gestão, oferecendo para a população melhores condições sociais sem reflexos em aumentos de impostos.

Como limitação do estudo destaca-se justamente a incapacidade de se obter conclusões sobre a qualidade dos serviços prestados por nossos gestores públicos. Chegou-se a conclusão que houve aumentos de gastos que podem refletir em melhorias na qualidade de vida dos contribuintes, porém não foi possível identificar se tais aumentos podem ser vistos como positivos ou negativos em relação a capacidade de gestão de nossos prefeitos.

Diante desse cenário, trabalhos futuros podem ser desenvolvidos com objetivo de elucidar essa questão. Sugere-se assim que além de levantar valores e comparar sua evolução no tempo, se tracem indicadores de gestão, que permitam identificar a qualidade de gestão que está sendo oferecida para o dinheiro público, originado dos impostos pagos pelos contribuintes e conseqüentemente, parte de seu suor e para o qual se espera uma gestão adequada,

## Referências

ANDRADE, S. A.; TEIXEIRA, A.; FORTUNATO, G. Influência dos gastos públicos sociais sobre o PIB dos municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 35, p. 112-130, 2014.

BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 159-179, 2011.

BORGES, E. F.; PEREIRA, J. M. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 4, p. 437-453, 2014.

COSTA, J. I. F.; SANTOS, J. D.; TRAVASSOS, S. K. M. Análise de conformidade nos gastos públicos dos entes federativos: aplicação da lei de newcomb-benford para o primeiro e segundo dígitos dos gastos em dois estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 23, n. 60, p. 187-198, 2012.

CRESWELL, Jhon W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, F.; NETTO, O. A. P. A influência da limitação das despesas com pessoal na gestão pública e um perfil comportamental dos municípios catarinenses. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 1, n. 1, p. 7-23, 2001.

DIAS, L. N. S.; PEREIRA, J. M.; FARIAS, M. R. S.; PAMPLONA, V. M. S. Fatores associados ao desperdício de recursos da saúde repassados pela união aos municípios auditados pela Controladoria Geral da União. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 24, n. 63, p. 206-218, 2013.

DIEL, E. H.; DIEL, F. J.; SCHULZ, S. J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. Desempenho de municípios brasileiros em relação à estratégia de investimento público em educação. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 26, p. 79-107, 2014.

FERREIRA, M. A. M.; MEDINA, S. A.; REIS, A. O. Pregão eletrônico e eficiência nos gastos públicos municipais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 74-81, 2014.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, M. A.; FERREIRA, B. P.; ALEMÃO, M. M. Risco operacional no setor saúde: financiamento pelo SUS paralelo aos gastos na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 124-148, 2014.

LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1359-1374, 2013.

MAGALHÃES, E. A.; FARONI, W.; MAGALHÃES, E. M.; SILVEIRA, S. F. R. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 16, n. 3, p. 9-26, 2005.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, F. S. B.; CHIEZA, R. A.; LOPES, T. A. M.; WEISE, A. D. Comportamento dos gastos em educação em Santa Maria – RS (2007-2011). **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 2, p. 128-157, 2013.

PÚBLIO, R. N.; COUTO, B. R. G. M.; VALADÃO, A. F.; REZENDE, E. M. Perfil das solicitações de medicamentos de alto custo ao Sistema Único de Saúde em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, p. 1567-1585, 2014.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 959-992, 2010.

SANTOS, P. S. A. D.; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes

dos municípios de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 15-43, 2012.

SILVA, M. C. Uma abordagem dos reflexos contábeis decorrentes do cancelamento das despesas públicas dos restos a pagar da união (1999 – 2003). **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 18, n. 43, p. 73-83, 2007.

SOUZA, P.; PLATT NETO, O. A. A composição e a evolução das despesas com pessoal no estado de Santa Catarina de 2000 a 2011. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 11, n. 33, p. 66-81, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA (TCE/SC). **Informações dos municípios**. Despesas públicas. Disponível em:

<<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php>> Acesso em: 20 abr. 2015.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. A.; CORRAR, L. J. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 80-97, 2009.

WILBERT, M. D.; D'ABREU, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do Estado de Alagoas. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 3, p. 348-372, 2013.